ISSN: 2358-8829

# A FORMAÇÃO DO ADULTO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO: CONTRIBUIÇÕES DOS INCIDENTES CRÍTICOS E DOS CASOS DE ENSINO.

Jarleyde Andressa Santos Sales de Oliveira [1]

## INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, compreendida como direito humano fundamental, pressupõe não apenas a garantia de acesso à escola, mas a construção de condições efetivas de permanência, participação e aprendizagem de todos os estudantes.

No Brasil, sua consolidação tem sido acompanhada pela ampliação dos marcos legais e das políticas públicas educacionais, entre os quais se destaca a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, instituída pelo Decreto nº 12.686/2025, que reconhece a formação continuada dos profissionais da educação como uma das estratégias necessárias à efetivação de suas diretrizes.

Entretanto, entre o reconhecimento normativo do direito à educação e sua concretização no cotidiano escolar, permanecem desafios que exigem dos professores conhecimentos, decisões e práticas pedagógicas capazes de responder à diversidade humana presente nas salas de aula.

Nesse contexto, a formação continuada assume relevância, especialmente quando se considera que os desafios da inclusão não se apresentam aos professores de maneira abstrata ou previamente organizada, emergindo de situações concretas, frequentemente marcadas por dúvidas, tensões, conflitos de interpretação e decisões que precisam ser tomadas durante o próprio processo de ensino e aprendizagem.

Todavia, um estudante que não participa de determinada atividade, uma estratégia pedagógica que não produz os resultados esperados ou uma divergência entre profissionais sobre os apoios necessários podem colocar em questão concepções anteriormente construídas acerca do ensinar, do aprender e da própria deficiência. Além

[1] Mestra em Direito e Desenvolvimento Sustentável pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ); mestranda em Formação de Professores pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); licenciada em Matemática pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); bacharela em Direito pelo UNIPÊ; professora do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), jarleyde17@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

disso, tais situações evidenciam que a formação para a inclusão não pode se limitar à transmissão de informações sobre diagnósticos, características dos estudantes ou técnicas de adaptação curricular.

Ademais, a discussão torna-se ainda mais relevante quando se reconhece que o professor é um sujeito adulto que aprende ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, perspectiva ratificada por Placco e Souza (2006) que contribuem para compreender a aprendizagem do adulto professor como um processo que envolve experiências, conhecimentos anteriores, relações interpessoais, motivações e sentidos atribuídos à própria prática.

Dessa forma, a formação não se realiza pela simples exposição a novos conteúdos, mas pela possibilidade de relacioná-los às experiências vividas, confrontar interpretações e produzir novos significados para a ação pedagógica.

Sobremaneira, em diálogo com essa perspectiva, Saul (2015) contribui para pensar processos formativos comprometidos com a participação, o diálogo e a transformação das práticas educativas, superando modelos prescritivos que desconsideram os problemas concretos vividos pelos profissionais.

Cabe acrescer a este debate, as reflexões de Liberali (2008), que ao discutir a formação crítica de educadores, oferece elementos para compreender a reflexão e a colaboração como possibilidades de questionamento de concepções e reconstrução das ações pedagógicas.

Contudo, reconhecer a importância da experiência docente não significa pressupor que toda experiência produza, espontaneamente, aprendizagem profissional, pois situações vividas podem permanecer restritas a interpretações individuais, explicações imediatas ou respostas já conhecidas, sem que suas causas, contradições e possibilidades sejam efetivamente examinadas.

Nesse sentido, para que a experiência se constitua como objeto de formação, torna-se necessário criar condições para sua análise, problematização e reconstrução coletiva.

É nesse ponto que os incidentes críticos e os casos de ensino se apresentam como dispositivos com potencial para favorecer a aprendizagem do adulto professor, isso porque eles permitem tomar acontecimentos significativos da prática educativa como ponto de partida para examinar percepções, decisões, sentimentos e concepções mobilizados diante de situações que desafiam o fazer docente.

ISSN: 2358-8829

Vale destacar que sua relevância formativa não decorre necessariamente da gravidade do acontecimento, mas da possibilidade de reconhecer nele elementos que provoquem questionamentos sobre modos habituais de compreender e agir.

Os casos de ensino, por sua vez, possibilitam organizar narrativamente situações pedagógicas, contextualizando sujeitos, condições, dilemas e decisões para favorecer a análise de diferentes possibilidades de intervenção. Ou seja, embora apresentem características próprias, ambos podem contribuir para deslocar a formação de uma lógica centrada na apresentação de respostas prontas para outra fundamentada na investigação de problemas concretos do cotidiano escolar.

No campo da educação inclusiva, essa possibilidade adquire especial importância, uma vez que as situações enfrentadas pelos professores frequentemente envolvem múltiplas dimensões, entre elas as condições de acessibilidade, as barreiras à aprendizagem e à participação, as relações entre estudantes e professores, a organização curricular e as responsabilidades institucionais.

Destarte, a análise de incidentes críticos e casos de ensino pode favorecer a compreensão dessas dimensões, evitando que dificuldades educacionais sejam atribuídas exclusivamente às características individuais dos estudantes.

Além disso, a discussão coletiva dessas situações pode contribuir para o reconhecimento de diferentes perspectivas, para a construção de alternativas pedagógicas e para o fortalecimento de práticas colaborativas, em consonância com as exigências de uma escola comprometida com o direito à aprendizagem.

Diante do exposto, este estudo parte da seguinte questão: como os incidentes críticos e os casos de ensino podem contribuir para a aprendizagem do adulto professor e para a construção de práticas pedagógicas inclusivas? Tendo como objetivo analisar as contribuições desses dispositivos para a formação permanente de professores, considerando suas possibilidades de promover reflexão crítica, aprendizagem profissional e construção coletiva de respostas aos desafios da inclusão escolar.

Para tanto, desenvolve-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em estudos sobre aprendizagem do adulto professor, formação permanente, reflexão crítica, incidentes críticos, casos de ensino e educação inclusiva, articulados às diretrizes da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

ISSN: 2358-8829

Logo, a análise busca identificar aproximações, especificidades e possibilidades formativas dos dispositivos investigados, considerando sua contribuição para processos de formação que partam das experiências docentes e favoreçam a transformação das práticas pedagógicas.

## METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, voltada à análise das contribuições dos incidentes críticos e dos casos de ensino para a formação continuada do adulto professor na perspectiva da educação inclusiva.

Desse modo, a investigação bibliográfica contempla produções acadêmicas sobre aprendizagem do adulto professor, formação crítico-reflexiva e dispositivos formativos, com destaque para as contribuições de Placco e Souza (2006), Freire (1996) e Liberali (2008), além de estudos específicos sobre incidentes críticos e casos de ensino.

Ademais, a pesquisa documental toma como referência a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, instituída pelo Decreto nº 12.686/2025, considerando suas diretrizes relativas à formação docente e à garantia do direito à educação inclusiva.

Sendo assim, o procedimento de análise consiste na leitura interpretativa e no confronto entre os referenciais teóricos e o documento normativo, organizados em três eixos temáticos: a aprendizagem do adulto professor; os incidentes críticos e os casos de ensino como dispositivos formativos; e suas contribuições para a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A formação permanente de professores pressupõe o reconhecimento de que a aprendizagem docente não se encerra na formação inicial, mas se constitui ao longo da trajetória profissional, nas relações estabelecidas com outros sujeitos e no enfrentamento das situações que emergem do cotidiano escolar.

Nessa perspectiva, compreender como o adulto professor aprende torna-se fundamental para pensar processos formativos que ultrapassem a transmissão de conhecimentos e favoreçam a reflexão sobre as práticas pedagógicas, especialmente diante dos desafios da educação inclusiva.

Placco e Souza (2006), ao discutirem a aprendizagem do adulto professor, destacam a complexidade desse processo, atravessado por dimensões cognitivas, afetivas, sociais e experienciais. As autoras contribuem para compreender que os conhecimentos construídos ao longo da vida profissional, as relações interpessoais e os sentidos atribuídos às experiências participam da constituição das aprendizagens docentes.

Desse modo, a formação continuada precisa reconhecer os professores como sujeitos que possuem histórias, concepções e saberes, os quais podem ser mobilizados, questionados e reconstruídos nos processos formativos.

Essa compreensão dialoga com a perspectiva de Freire (1996), para quem a reflexão crítica sobre a prática constitui uma dimensão indispensável da formação permanente, pois ao reconhecer a relação entre ação e reflexão, o autor permite compreender que a transformação da prática educativa exige mais do que a incorporação de novas técnicas, uma vez que envolve o questionamento das concepções que orientam as decisões pedagógicas.

Nessa direção, a formação docente precisa favorecer a problematização da realidade, considerando os professores como sujeitos históricos capazes de produzir conhecimentos e intervir criticamente em seus contextos de atuação.

A perspectiva crítico-emancipatória da formação permanente, discutida por Saul e Saul (2016), compreende os educadores como sujeitos ativos na construção de conhecimentos e na transformação de suas práticas.

Assim, ao retomarem a proposta Freireana de formação permanente, os autores acima defendem processos formativos que partam da realidade vivida pelos professores e favoreçam a reflexão coletiva sobre os desafios do cotidiano escolar, contribuindo para fundamentar a utilização de incidentes críticos e casos de ensino na formação continuada, uma vez que ambos possibilitam tomar situações concretas da prática como objeto de problematização, diálogo e construção compartilhada de alternativas pedagógicas.

Além disso, os estudos de Liberali (2008) contribuem para aprofundar essa perspectiva ao relacionar reflexão, linguagem e transformação da atividade docente. Melhor dizendo, a análise crítica das situações vividas permite que os professores

examinem não apenas suas ações, mas também os pressupostos, as condições e as consequências das escolhas realizadas.

Além disso, a autora acresce que quando a formação permanente de professores é desenvolvida em espaços coletivos, essa reflexão pode favorecer o confronto de diferentes interpretações e a construção compartilhada de alternativas pedagógicas, ampliando as possibilidades de aprendizagem profissional.

Trazendo essas contribuiçõeos para o campo da educação inclusiva, é possível afirmar que elas assumem relevância particular, pois os professores frequentemente se deparam com situações para as quais não existem respostas únicas ou previamente estabelecidas, exigindo a análise das barreiras à participação e à aprendizagem, das condições de ensino e das possibilidades de intervenção pedagógica.

Assim, é imperioso o cuidado que se deve ter de que formar para a inclusão não significa apenas apresentar informações sobre deficiências ou orientações metodológicas, mas favorecer processos nos quais os docentes possam compreender criticamente as situações enfrentadas, revisar concepções e construir respostas contextualizadas.

Portanto, aprendizagem do adulto professor, nessa perspectiva, relaciona-se à possibilidade de transformar experiências profissionais em oportunidades de investigação, diálogo e produção coletiva de conhecimentos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a natureza bibliográfica e documental desta investigação, os resultados apresentados não correspondem a dados obtidos por meio de intervenções empíricas, mas a uma sistematização teórico-interpretativa das possibilidades formativas desses dispositivos. A discussão, portanto, organiza-se em três categorias analíticas, relacionadas à aprendizagem pela problematização da experiência, à construção de respostas pedagógicas contextualizadas e à dimensão coletiva da formação para a inclusão.

A primeira categoria evidencia que a experiência profissional constitui uma dimensão importante da aprendizagem do adulto professor, mas não se converte, necessariamente, em conhecimento apenas por ter sido vivenciada. Ou melhor, essa experiência profissional, à luz das contribuições de Placco e Souza (2006), leva a compreender que a aprendizagem docente envolve os sentidos atribuídos às experiências,

as relações estabelecidas com outros sujeitos e as possibilidades de reconstrução dos conhecimentos profissionais.

Nesse contexto, os incidentes críticos apresentam potencial formativo ao favorecerem o exame de acontecimentos que provocam dúvidas, tensões ou questionamentos sobre práticas anteriormente naturalizadas.

No cenário da educação inclusiva, esses acontecimentos podem estar relacionados, por exemplo, à participação de um estudante em determinada atividade, à dificuldade de avaliar sua aprendizagem ou à divergência entre profissionais sobre os apoios pedagógicos necessários.

Assim, quando analisadas apenas sob a perspectiva das características individuais do estudante, essas situações podem reforçar interpretações que desconsideram as condições de ensino. Entretanto, ao serem retomadas como incidentes críticos, tornam-se oportunidades para investigar as concepções que orientaram as decisões docentes, as barreiras presentes no contexto e outras possibilidades de intervenção.

Ressalta-se que essa compreensão aproxima-se da perspectiva freireana de formação permanente, ao reconhecer a indissociabilidade entre ensino e pesquisa (Freire, 1996). Ou seja, a análise dos incidentes críticos pode favorecer uma postura investigativa diante do cotidiano escolar, permitindo que os professores ultrapassem explicações imediatas, formulem questionamentos e busquem compreender as condições que atravessam as situações pedagógicas.

O incidente crítico, portanto, não se define exclusivamente pelo acontecimento, mas também pelo processo de análise que permite atribuir-lhe significado formativo, contribuindo diretamente com a possibilidade de deslocar a atenção da busca imediata por soluções para a investigação das circunstâncias, interpretações e relações envolvidas na situação.

Contudo, a utilização desse dispositivo exige uma mediação que evite transformar a análise em julgamento individual da atuação docente (Almeida et al., 2025).

Sendo assim, o objetivo não consiste em identificar culpados ou estabelecer modelos ideais de comportamento, mas compreender os fatores que atravessam a experiência e construir possibilidades de ação fundamentadas.

A segunda categoria refere-se às possibilidades dos casos de ensino para articular conhecimentos teóricos e decisões pedagógicas diante de situações complexas, pois ao apresentar narrativas contextualizadas, esse dispositivo permite examinar diferentes

dimensões de um problema educacional, considerando os sujeitos envolvidos, as condições institucionais, os conhecimentos mobilizados e as consequências das escolhas realizadas (Almeida et al., 2025).

Nesse sentido, os casos de ensino podem favorecer a análise de situações em que as respostas pedagógicas não se encontram previamente definidas, comum ao campo da educação inclusiva.

Para melhor compreensão, pode-se ilustrar uma situação na qual um professor identifica que determinado estudante não consegue realizar uma atividade e conclui que qualquer intervenção dependerá da apresentação de um laudo médico.

Dessarte, é possível ratificar que a análise desse caso em um processo formativo pode mobilizar questões relacionadas à identificação de barreiras, à autonomia pedagógica, à organização dos apoios e às responsabilidades da instituição escolar. Todavia, em vez de restringir a discussão à condição individual do estudante, o caso permite investigar quais aspectos do planejamento, das estratégias de ensino e das condições de participação podem ser modificados.

O exemplo apresentado demonstra didaticamente como a organização narrativa de um problema pedagógico pode favorecer o confronto entre diferentes interpretações e a construção de alternativas fundamentadas.

Nessa ótica, os casos de ensino apresentam possibilidades de aproximação com a formação crítico-reflexiva discutida por Liberali (2008), ao favorecerem a explicitação de argumentos, o questionamento de pressupostos e a análise das consequências das decisões pedagógicas.

Sua utilização, por tanto, pode contribuir para superar processos formativos centrados na apresentação de técnicas descontextualizadas, uma vez que exige considerar as particularidades das situações e os conhecimentos necessários à tomada de decisões.

Eis que a articulação entre incidentes críticos e casos de ensino amplia essas possibilidades, pois um acontecimento significativo da prática pode constituir o ponto de partida para a elaboração de uma narrativa formativa, permitindo que a experiência inicialmente vivida por um professor seja examinada coletivamente.

Porém, essa articulação não elimina as especificidades dos dispositivos, pois enquanto o incidente crítico favorece a identificação e a problematização de acontecimentos que desafiam concepções e práticas, o caso de ensino possibilita

ISSN: 2358-8829

organizar uma situação para uma análise mais abrangente de seus elementos e alternativas (Almeida et al., 2025).

Sendo assim, o Quadro 1 sintetiza as contribuições formativas identificadas na articulação teórica desenvolvida neste estudo.

Quadro 1 – Possibilidades formativas dos incidentes críticos e dos casos de ensino na educação inclusiva

| Dimensão | Incidentes críticos | Casos de ensino |
|---|---|---|
| Ponto de partida | Acontecimento significativo que provoca questionamentos. | Narrativa contextualizada de uma situação pedagógica. |
| Foco da análise | Interpretações, tensões, concepções e decisões mobilizadas. | Relações entre contexto, conhecimentos, decisões e consequências. |
| Contribuição para a aprendizagem docente | Problematização da experiência e revisão de concepções. | Articulação entre conhecimentos teóricos e possibilidades de intervenção. |
| Possibilidade na educação inclusiva | Identificação de barreiras e questionamento de interpretações centradas no estudante. | Análise de alternativas pedagógicas, apoios e responsabilidades institucionais. |
| Condição para sua potência formativa | Mediação reflexiva e abertura ao questionamento. | Contextualização, fundamentação teórica e discussão crítica. |

Fonte: Elaboração própria, com base nos referenciais teóricos analisados (2026).

A sistematização apresentada evidencia que os dispositivos não constituem procedimentos equivalentes, embora possam ser utilizados de maneira complementar, desse modo, em ambos os casos, sua contribuição depende da qualidade da análise desenvolvida, da fundamentação mobilizada e das condições oferecidas para que os professores participem criticamente do processo formativo.

Em sequência, a terceira categoria diz respeito à dimensão coletiva da formação continuada, embora a reflexão individual seja relevante para a aprendizagem profissional, os desafios da educação inclusiva frequentemente ultrapassam as possibilidades de atuação isolada do professor, envolvendo decisões curriculares, organização dos apoios, acessibilidade e condições institucionais de ensino.

Nesse sentido, a utilização de incidentes críticos e casos de ensino em espaços coletivos pode favorecer a circulação de diferentes interpretações e a construção compartilhada de conhecimentos.

Sobremaneira, a partir das contribuições de Saul e Saul (2016), é possível problematizar os limites de propostas formativas organizadas a partir de conteúdos

ISSN: 2358-8829

previamente definidos, sem considerar as necessidades identificadas no cotidiano escolar. Utilizando-se, para tanto, dos incidentes críticos e dos casos de ensino pode favorecer a construção de pautas formativas vinculadas aos problemas efetivamente enfrentados pelos professores.

Na educação inclusiva essa possibilidade permite que questões relacionadas à acessibilidade, à participação e à aprendizagem dos estudantes sejam discutidas a partir das condições concretas de cada contexto escolar.

Em diálogo com essa perspectiva, Liberali (2008) destaca a importância da argumentação nos processos formativos, especialmente quando diferentes interpretações sobre uma situação pedagógica precisam ser confrontadas.

Desse modo, na análise coletiva de incidentes críticos e casos de ensino, esse movimento pode favorecer a construção de decisões fundamentadas, evitando que as intervenções sejam definidas apenas por opiniões individuais ou experiências isoladas.

E essa dimensão torna-se especialmente relevante diante das diretrizes da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, instituída pelo Decreto nº 12.686/2025, que reafirma a importância da formação continuada dos profissionais da educação.

Vale ressaltar que a análise documental permite compreender que a efetivação dessas diretrizes demanda condições institucionais para que os professores desenvolvam conhecimentos e práticas comprometidos com a participação e a aprendizagem dos estudantes. Contudo, a existência de uma política pública não assegura, por si mesma, a transformação das práticas escolares, sendo necessário considerar as condições concretas de sua implementação.

Desse modo, os resultados da análise apontam que os incidentes críticos e os casos de ensino apresentam potencial para aproximar a formação continuada das experiências docentes, favorecer a problematização de desafios concretos e ampliar as possibilidades de construção coletiva de respostas pedagógicas inclusivas.

Essa contribuição, entretanto, não deve ser compreendida como automática, uma vez que a utilização dos dispositivos precisa estar vinculada a processos formativos que assegurem espaço para o diálogo, a fundamentação teórica, o questionamento de concepções e a análise das condições institucionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu identificar que os incidentes críticos e os casos de ensino apresentam contribuições relevantes para a formação continuada do adulto professor, especialmente por aproximarem os processos formativos dos desafios concretos da educação inclusiva.

Enquanto os incidentes críticos favorecem a problematização de acontecimentos do cotidiano escolar, os casos de ensino possibilitam uma análise contextualizada das situações pedagógicas e das alternativas de intervenção.

Assim, os resultados também apontam que esses dispositivos podem contribuir para identificar necessidades formativas, favorecer decisões pedagógicas compartilhadas e fortalecer a articulação entre teoria e prática. Sua utilização, entretanto, exige mediação adequada e condições institucionais que assegurem espaços de formação coletiva.

Em síntese, considerando a natureza bibliográfica e documental do estudo, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas que investiguem a aplicação desses dispositivos em contextos escolares e suas contribuições para as práticas docentes.

Conclui-se, portanto, que sua utilização pode favorecer uma formação continuada mais contextualizada, comprometida com a efetivação do direito à participação e à aprendizagem de todos os estudantes.

**Palavras-chave:** Formação Continuada; Educação Inclusiva; Aprendizagem do Adulto Professor; Incidentes Críticos; Casos de Ensino.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; CORRÊA, Ana Cláudia Esteves; MONTEIRO, Shirley Nadalutti; CASTRO, Elaine Mathias de (org.). **Incidentes críticos e casos de ensino:** uma experiência formativa de/para profissionais da educação. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.** Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBERALI, Fernanda Coelho. **Formação crítica de educadores:** questões fundamentais. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de (org.). **Aprendizagem do adulto professor.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

SAUL, Ana Maria; SAUL, Alexandre. **Contribuições de Paulo Freire para a formação de educadores:** fundamentos e práticas de um paradigma contra-hegemônico. Educar em Revista, Curitiba, v. 32, n. 61, p. 19-35, jul./set. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.46865.